



## Fim do programa do BCE e rating pressionam

**A expectativa é que entre setembro e dezembro termine programa de estímulos. Portugal terá de se preparar.**

A presidente do IGCP, Cristina Casalinho, a meio da semana, em audição parlamentar, revelou que «ainda há espaço para melhoria de rating. E esse espaço para melhoria poderá isolar Portugal das saídas do BCE das políticas não ortodoxas».

Portugal é classificado com grau de investimento por três das quatro agências principais agências de notação financeira. Mas a Moody's continua a colocar Portugal investimento especulativo – conhecido como «lixo».

De acordo com a agência de rating norte-americana, a principal suscetibilidade da economia portuguesa a um evento de risco é a «fraqueza» da banca e a dívida do país, ainda demasiado elevada. «Os constrangimentos chave de crédito de Portugal relacionam-se com a muito elevada dívida pública e privada e

com o setor bancário fraco», refere a análise da Moody's.

De acordo com Eduardo Silva, «os indicadores económicos e o rigor financeiro demonstrado justificam a posição da Moody's», acrescentando o gestor da XTB que é «determinante para Portugal recuperar a confiança dos investidores».

Opinião um pouco diferente tem Steven Santos, da equipa de research do BIG, para quem a «taxa de juro da dívida portuguesa já atingiu o seu limiar – transacionando a níveis apropriados em relação aos fundamentais macroeconómicos».

Segundo o analista, o «maior impacto das decisões da notação foi a segunda notação de investment grade por parte da Fitch em Dezembro de 2017, que permitiu a reentrada da dívida pública portuguesa nos principais índices internacionais de obrigações soberanas».

Já José Riberinho Machado, professor da AESE, compreende a «posição da Moody's de não mudar o rating» mas não considera que a «nota tenha um grande impacto na perceção do país,

porque as outras já subiram o rating da República».

Pelo mesmo diapasão afina João César da Neves. Para o professor universitário, «o impacto da notação da Moody's não precisa de ter influência na avaliação dos investidores» e não terá «grandes consequências práticas».

Ainda assim, o IGCP, entidade que gere a dívida portuguesa, está a acautelar com algumas medidas o fim do programa de estímulos do BCE com o objetivo de amortecer o seu impacto.

As três principais medidas passam por trabalhar com as agências de rating no sentido de melhoria, gerir o risco de refinanciamento, de modo a que este seja o mais controlado possível e permitir uma rotação saudável na base de investidores. «Com o programa expansionista do BCE na fase final o país irá ter de se financiar totalmente no mercado», lembra Eduardo Silva. «Nesta fase temos de construir confiança para que os juros não voltem a disparar nos próximos anos», defende.

**Magalhães Afonso**



Cristina Casalinho prepara Portugal para o fim do programa de compras do BCE